

Mais de um terço dos profissionais judiciais tem má qualidade de sono

Investigadores do CES concluíram que há profissionais com níveis elevados de esgotamento profissional.

Um terço dos profissionais judiciais inquiridos revelaram dormir mal, registando-se “valores preocupantes” de *burnout* nos trabalhadores deste setor: esta é a principal conclusão de um estudo do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Os inquiridos – magistrados do Ministério Público, juízes e oficiais de justiça – responderam que o volume e ritmo de trabalho, assim como tarefas e número de horas extraordinárias aumentaram nos últimos cinco anos, sendo tal confirmado pelos níveis de *burnout* que se verificaram.

De acordo com o coordenador do estudo, João Paulo Dias, a falta de qualidade do sono é um “dos dados mais alarmantes”, verificando-se sobretudo nos trabalhadores que estão “em tribunais criminais de maior dimensão”, existindo uma desigualdade dos valores “consoante a região e o tribunal”.

O CES acrescentou igualmente que existem más condições

físicas de trabalho, falta de informação qualificada para evitar problemas de saúde, como tendinites ou problemas respiratórios. 29,5% dos oficiais de justiça inquiridos já experienciaram situações de discriminação profissional, assédio moral ou assédio sexual, 12,5% dos juízes e 8,4% dos magistrados do Ministério Público.

Para que mudar este panorama, é proposta, pelos investigadores, a implementação de planos de intervenção para melhorar as condições laborais nos tribunais portugueses. “A melhoria das condições de trabalho nos tribunais portugueses, e dos profissionais que aí trabalham (juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e oficiais de justiça), depende da adoção de vários planos que considerem estes espaços como locais de trabalho, fazendo cumprir a diversa legislação em vigor”.

Este projeto foi realizado entre 2018 e 2022, sendo recomendada a criação do Plano de Segurança e Saúde no Trabalho ou o Plano de Igualdade de Género, do Plano de Intervenção no Edifício Judicial e do Plano de Requalificação Informática Judicial, que procurem “avaliar as necessidades de forma global, e não parcelar”.



Profissionais têm “valores preocupantes” de ‘burnout’